XX ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFAS E GEÓGRAFOS
20 A 24 DE JULHO DE 2022 - VIRTUAL
BRASIL-PERIFERIA
A GEOGRAFIA PARA RESISTIR E A AGB PARA CONSTRUIR

HIDROPOLÍTICA: A QUESTÃO ESCALAR DOS CONFLITOS POR ÁGUA NO SEMIÁRIDO PARAIBANO

Aryan Carlos de Oliveira Silva
Universidade Federal do Rio Grande do Norte-UFRN
aryancarlos95@gmail.com
Silvio Braz de Sousa
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
sousasb@gmail.com

INTRODUÇÃO

O conceito de hidropolítica, mesmo que apresente um viés geográfico, é um termo novo na Geografia. Apesar da Geografia vir realizando estudos em relação aos conflitos pelos recursos naturais, analisando as relações sociais e suas diversas interações com o espaço geográfico, bem como as relações políticas e de poder, não se tem visto estudos que trate da hidropolítica. A hidropolítica é um conceito formulado no campo de estudo das relações internacionais e trata dos conflitos ou cooperação em relação aos deferentes usos da água por diferentes atores, sejam eles, grupos, países, Estado, povos ribeirinhos, comunidades ou empresas. (Queiroz, 2011).

A Geografia se caracteriza por uma ciência multidisciplinar. Por muito tempo, as escalas, por exemplo, um conceito cartográfico, foi o norte para os estudos geográficos. Na "cartografia a escala é, e sempre foi, uma fração que indica a relação entre as medidas do real e aquelas da representação gráfica" (CASTRO, 2000. p. 117). Portanto, se concentra mais na capacidade de transpor as formas geográficas para o plano bidimensional dos mapas.

Para solucionar esse problema, assume-se uma escala geográfica de análise que "exprime a representação das relações que as sociedades mantêm com as formas geométricas" (CASTRO, 2000. p. 125). Portanto, a escala geográfica, não se refere, apenas, a pontos fixos para forma uma forma geométrica, como na escala cartográfica, são estas (a escala geográfica), pela natureza do espaço geográfico, heterogêneas e voláteis à medida que os grupos, movimentos sociais, povos, nações e fenômenos se comportam.

A questão das escalas na identificação e analise dos fenômenos sempre é uma dificuldade para a maioria das ciências, sobretudo quando o fenômeno que se propõe a estudar vem carregados de significados, de interesses, necessidades, como é o caso dos conflitos por água. Um conflito por água, por mais micro que possa parecer, vai envolver diferentes atores, diferentes escalas, recursos (a água não é um recurso isolado) interesses, instituições públicas ou privadas. Esses conflitos se intensificam em regiões semiáridas ao redor do mundo e, constantemente os conflitos por água eclodem em diferentes escalas, local, municipal, intermunicipal, estadual, interestadual, nacional e internacional.

No estado da Paraíba, localizado no Nordeste do Brasil, com mais de 90% do seu território no semiárido, não foge a realidade conflituosa pela água, envolvendo muito atores, sejam eles públicos ou privados, usuários e seguimentos produtivos, que ora cooperam, ora divergem (conflitos) de acordo com seus interesses.

O presente estudo, caracterizado como bibliográfico, encontrou exemplos de trabalhos, que apesar de não fazer referência ao conceito de hidropolítica, são pesquisas que tratam de relações hidropolíticas. Como na dissertação de mestrado em Recurso Naturais (UFCG) de Vieira (2008), onde tratou-se das tipologias dos conflitos por água na bacia hidrográfica do Rio Paraíba e a monografia de Lima (2006) (Geografia UFPB) sobre os conflitos pelo uso da água no canal da redenção que receberia a transição do Rio São Francisco (PISF). Ambos os trabalhos, em cursos e abordagens diferentes, tratam de muitos conflitos, disputas territoriais, cooperação, ou conflitos que ocorrem em razão dos diferentes usos da água, isso demostra não só o caráter multe-escalar das relações hidropolíticas e dos conflitos hídricos, mas também a multidisciplinaridade do fenômeno.

O pesquisador, a priori, ao se debruça no seu tema de estudo, a fim de definir seu objeto, na sua reflexão, se pega a indagar-se: Qual é a escala geográfica de análise? Onde começa e terminar a escala de análise? O que é relevante nesta escala que justifique o objeto? Diante de uma complexidade maior, por envolver relações socias diversas, necessidades básicas, relações conflituosas e de interesses, nos cabe “propor” (ou pelo menos encaminhar preposições), uma escala hidropolítica de análise[1], destarte, nos é

[1] Sempre que falamos em escala hidropolítica, ou escala na hidropolítica, estamos também falando em uma escala geográfica.

conveniente perguntar-se: Que pressupostos teóricos sustenta uma escala geográfica no estudo das relações hidropolíticas? como podemos usar a escala geográfica na hidropolítica? Como se comporta a questão das escalas nos conflitos pela água?

Para fins de análise, parte-se do pressuposto de que pela natureza que toma o conceito de hidropolítica, uma escala nos moldes da cartografia não é coerente para apreender as relações hidropolíticas; A escala geográfica é mais coerente com a hidropolítica, a medida em que a análise geográfica pode acrescentar na compreensão dos conflitos por água em regiões semiáridas.

OBJETIVO:

Apresentar como pode ser abordado a hidropolítica e a questão das escalas dos conflitos por água no semiárido paraibano.

objetivos específicos:

- Apresentar o conceito de hidropolítica, bem como seu potencial de análise a partir da geografia e uma escala geográfica;
- Analisar a hidropolítica do semiárido
- Discutir como aborda as escalas dos conflitos por água.

METODOLOGIA

No que se referem aos caminhos metodológicos, este trabalho se vale da pesquisa bibliográfica. Uma série de referência foram pesquisadas, lidas e analisadas com o objetivo de dar suporte a nossa problemática de pesquisa. A fonte de pesquisa foi a rede mundial de computadores (internet), dos trabalhos encontrados, os mais pertinentes foram usados como referência.

No que se refere o conceito de hidropolítica nos baseamos em Queiroz (2011) e Alba (2007), a concepção de escala geográfica no baseamos em Castro (2000) e Vainer (1986; 2006), no que se refere aos conflitos por água encontramos sustentação em Lima

(2006) e Vieira (2008), entre outra referência que foram fundamentais para o nosso estudo.

O levantamento não se privou a um período de tempo fechado, mas procurou-se as referências mais atuais e que fossem coerentes com a problemática. Plataformas como Google acadêmico, SciElo.com, periódicos Capes, os repositórios dos Programas de Pós-graduação em Geografia e áreas afins da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e da Universidade de Brasília (UnB) foram consultados.

RESULTADOS

Nesta seção é abordado o resultado do nosso levantamento bibliográfico, no qual tratamos das principais referências encontradas sobre a temática. A pesquisa bibliográfica, além de nos render uma série de referências, nos apoiou na reflexão a respeito das escalas na hidropolítica e nos conflitos por água. Desta forma, mesmo sendo um tema novo na ciência geográfica, o arcabouço teórico consultado no serviu de base analítica para construir uma narrativa coerente.

PRESSUPOSTOS TEÓRICOS PARA UMA ESCALA GEOGRÁFICA DE ANÁLISE NA HIDROPOLÍTICA

A escala de análise é mais complexa do que parece e requer cuidado na hora de "defini-la", conceitua-la e sobretudo, operacionalizá-la. Ao movimentar a escala, pode-se muda a configuração do espaço geográfico, pois, pode elucidar ou obscurecer, retirar ou dar ênfase a atores, ou fenômenos inter-relacionados nos conflitos pela água, isso pode desembocar em outras abordagens teóricas/metodológicas. Por essa e outras razões adotar uma escala cartográfica na Geografia é de certa forma incoerente, tendo em vista as muitas configurações que o espaço geográfico pode assumir.

A escala geográfica, por seu fundamento socioespacial requer uma complexidade maior de abstração (CASTRO, 2000), pois, muitas relações sociais escapa a escala espacial e temporal. Como pontua Veiner (2006, p. 27) "não apenas as escalas se

transfiguram, como seu próprio significado e nomeação indicam redefinições de sujeitos e relações". Os fenômenos estudados pela Geografia (também outras ciências), tende a não ser explicado em si mesmo, se conectando a outros fenômenos e atores, isso dificulta a definição de uma escala de análise capaz de abarcar toda a complexidade do que se propõe a estudar e suas interrelações.

Castro (2000) nos lembra que a escala escolhida para dar visibilidade ao fenômeno não pode substituí-lo, a escala o realça para que este se torne percebido. Esse raciocínio, de certa forma, está concordando com Veiner (1986, p. 24) quando o mesmo salienta que "em outros termos, a análise da escala não pode pretender substituir a dos processos". Assim a análise tem um lugar em tempo transcorrido, mas sem esquecer que aquela escala se relaciona com outras escalas maiores em diferentes perspectivas.

Apoiados em Castro (2000), a concepção de escala na Geografia vai além de medidas para isolar uma área, como se faz na cartografia. A escala na ciência geográfica toma o rumo da apreensão do real concreto e todas suas interações espaciais e societais. A escala nesta perspectiva, funciona como um instrumento de análise, uma espécie de lupa, a fim de apreender os fenômenos em sua complexidade metodológica e empírica. Por isso, a definição escalar se configura com o tema caro a Geografia, isso se deve a natureza do espaço geográfico, "um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, entre sistemas de objetos e sistemas de ações" (SANTOS, 2013, p. 55).

Diante do esforço teórico proposto neste trabalho, a temática da escala dos conflitos por água é minuciosamente complexa. Mesmo que possa parecer audacioso, nos arriscamos a uma proposição escalar para os conflitos por água. Portanto, é fundamental deixar claro, que concordamos com as proposições de Castro (2000) quando fala de uma escala geográfica de análise. Assumindo esse pressuposto teórico, tratamos de uma escala que está imbricada nas relações socias, nos fenômenos estudas e suas interrelações com atores e formas geográficas.

O conceito de hidropolítica, como já foi citado, foi formulado no campo das Relações Internacionais, sendo influenciado pela escola de Copenhague, que desenvolveu estudos sobre a segurança hídrica em diversos países (QUEIROZ, 2011). Pela natureza conceito e do fenômeno hidropolítico, colocá-lo em uma escala fixa nos parece

incoerente. Mas, antes de tratar das escalas na hidropolítica e nos conflitos por água, primeiro, devemos tratar da eminência geográfica que a temática possui e depois propor uma escala de análise.

Na nossa compreensão, a hidropolítica guarda relação estreita com a ciência geográfica, pois, é no espaço geográfico que este conceito ganha forma/função. A hidropolítica trata das relações cooperativas ou conflituosas entre os atores no que diz respeito aos diferentes usos da água, logo, um recurso natural, que se encontra no meio natural, que a partir do uso social se torna meio geográfico.

As disputas em torno deste recurso pressupõem relações socias e de poder diversas, não por acaso, a Geografia se preocupa com a análise de como a sociedade usa e se relaciona com o espaço. De acordo com Santos (2006), o território ganha significado quando tem relações sociais lhe dando forma e função, inserindo-o dentro do processo das interações humanas com o meio natural. Eis aí a eminência geográfica das relações hidropolíticas, já que trata dos recursos naturais, (a água não é um recurso isolado) e das relações socioespaciais na apropriação do recurso água.

Desta forma, a geograficidade das relações hidropolíticas nos parece clara, sendo coerente abordar as escalas na hidropolítica a partir da escala geográfica de análise. A escala se faz presente, conscientemente ou não, no cotidiano de todos e por isso parece algo simples que pode ficar para um segundo plano, o que nos parece um erro, pois, saber onde, qual período, quais dimensões culturais, políticas e sociais se vai estudar determinado fenômeno é o primeiro passo para definir os caminhos para estuda-lo, portanto, um pressuposto de método.

Esse conceito transposto das relações internacionais, nos parece iminentemente geográfico, pois além de dar luz a questões como o uso da água, a posição geográfica, recursos hídricos, uso do solo e vegetação, ainda traz para o contexto, a dimensão conflituosa, ou cooperativa em relação aos diferentes usos da água. Assim, a hidropolítica, enquanto um conceito empiricizado a partir da Geografia, em um recorte geográfico de análise (objetos de estudo), oferece sustentação teórico e metodológico para analisar os conflitos por água e suas relações com a sociedade.

HIDROPOLÍTICA DO SEMIÁRIDO PARAIBANO

Na maioria dos municípios da Paraíba a falta d´água ocorre anualmente, este contexto tende a propiciar a eclosão dos conflitos pelos diferentes usos da água. A eclosão dos conflitos é mais frequência em tempos de secas prolongadas, como ocorreu na década passada, onde o estado passou de 2012 a 2017 de estiagem prologada, alcançado a marca de maior seca registrada (PRDNE, 2019).

Assim, alguns aspectos da hidropolítica no semiárido paraibano, (e pode ser a realidade da maioria das regiões semiáridas) está na localização. Os territórios localizados geograficamente a montante dos rios e bacias hidrográficas têm vantagens em relação aos que estão a jusante[2], pois, tem poder de controlar o fluxo de água (com a construção de obras hídricas no rio principal ou em seus afluentes), ou aproveitar melhor o curso dos e riachos em períodos de escassez hídrica.

A intermitência dos rios do semiárido não os faz perder sua importância. Em período de estiagem ou pouca chuva, as margens dos rios são locais do criatório de animais, (Bovinos, ovinos, caprinos) e o plantio de policulturas alimentícias. O leito do rio é escavado em busca de água para dessedentação animal, além de extrair areia para os diversos seguimentos da construção civil, o que forma poços artificiais e no período chuvoso empossa água.

Quando se tem chuvas a montante, mas não o suficiente para ter cheia nos rios, só estes territórios podem usufruir do volume hídrico dos rios. Isso é mais percebido, quando se é construído uma obra hídrica no curso do principal rio, ou afluente. Neste exemplo, os territórios a jusante da barragem terão que esperar até que o reservatório alcance um volume hídrico máximo para poder ter acesso a água. Geralmente obras hídricas, públicas ou particulares, causam conflitos entre os usuários a montante e jusante dos rios e barragens. Obviamente pela posição geográfica, os que estão a jusante são mais prejudicados, primeiro, pela redução da oferta, segundo, perdem poder de negociação em relação a quem está a montante.

Outra questão importante na hidropolítica do semiárido diz respeito as políticas públicas. Essas políticas, em muitos casos não se efetivam, tende a beneficiar alguns

[2] O geógrafo Ratzel, em seu tempo, já constatava que a posição geográfica era fundamental para o desenvolvimento do estado-nação.

grupos em detrimento de outros, como ocorreu com as políticas de construção de barragens, médios e pequenos açudes, escavação de poços e outras assistências da Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas(IFOCS), do Departamento nacional de obras contra as Secas (DENOCS) e da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) (Oliveira 1981; Lima;2006; Vieira, 2008).

Essas obras, se tornaram ações clientelistas, o que criou a indústria da seca. A indústria da seca foi o nome dado aos esquemas de corrupção, que tinham como elemento central o fenômeno da seca como objeto de obtenção de recursos financeiros junto a instituições públicas (OLIVEIRA, 1981). Essas políticas ficaram marcada pelas falhas na gestão e fiscalização, isso fez com que muitos reservatórios hídricos fossem concentrados nas propriedades dos fazendeiros, o que se perpetua estruturalmente até hoje.

Outra questão em relação a hidropolítica, nos remete ao processo histórico de ocupação do Brasil em capitanias hereditárias e sesmarias. Esse modelo concentrava as propriedades em poucas mãos, formando um poderoso latifúndio, que só foi mais fortalecido com a lei de terras de 1850. A concentração da propriedade no semiárido também monopolizou a água (um bem comum), desta forma, as relações hidropolíticas no semiárido está também relacionada as escalas temporais e espaciais, bem como a estrutura agrária e social.

No semiárido, uma análise que considere as relações conflituosas referente aos diferentes usos da água, como um contexto hidropolítico são raros. O levantamento bibliográfico indica (a priori) que são poucos textos que trabalham a hidropolítica na Geografia. Muitas relações hidropolíticas podem ser analisados a partir da ciência geográfica e podem ser naturalmente explicadas a partir de conceitos geográficos, como território, lugar, paisagem, região e redes (existem muitos outros, que ficam a critério do pesquisador).

HIDROPOLÍTICA, ESCALAS E INTERRELAÇÕES DOS CONFLITOS POR ÁGUA

Como já foi enfatizado a hidropolítica e os conflitos por água estão entrelaçados, a natureza desses conceitos pressupões muitas interações e relações sociais envolvidas, “este conceito [hidropolítica] nos permite ressaltar o caráter geoestratégico dos conflitos

pela água, como um fator de rivalidade não insignificante." (*grifos nossos,* ALBA, 2007. p. 100). Isso implica dizer, que uma escala de análise requer minucioso cuidado. Seguindo um esforço teórico de transpor esses conceitos para a ciência geográfica, consideramos que para a operacionalização do conceito de hidropolítica e os conflitos por água, assumimos uma escala geográfica de análise.

Assumir uma escala geográfica, portanto, que leva em consideração os meandros do fenômeno e a complexidade das relações sociais, não significa não ter um ponto de partida. As escalas na hidropolítica e nos conflitos por água, pode ser em níveis hierárquicos, como do local para o global e envolver diferentes atores, grupo organizados, setor público, privado, diferentes classes sociais, usuários da água, proprietários de terras, interesses individuais e coletivos, como também, pode ser cultural, política/ideológicas, social e fenomenal.

Um conflito local pela água pode se referir a desentendimentos entre proprietários de um mesmo corpo hídrico como um açude, riacho ou rio. Pode abarcar outros atores dependentes desses recursos com atividades produtivas semelhantes ou não. Esses conflitos podem ir tomando dimensões maiores a depender de como as interversões vão acontecendo, ou em razão de questões naturais. Quando se fala em intervenções, falamos em tentativas de resolução, que podem partir de atores diretamente envolvidos no conflito ou atores externos a eles, como o poder público, ações na justiça, ou até mesmo outros atores, como membros da sociedade civil (líderes eclesiásticos, líderes sindicais), que não estão envolvidos no conflito, mas conhecem as causas e possíveis soluções.

Já em relação às questões naturais que podem ser um vetor para intensificar os conflitos, citamos as secas que ocorrem anualmente, onde a depender da demanda a oferta, não atende as necessidades dos usuários. Além da seca, tem as enchentes que podem ser um vetor, pois, quando há chuvas acima da média, podem romper reservatórios, isso prejudica diretamente a capacidade de armazenar água, o que será refletido na estiagem subsequente. As enchentes, a depender do seu tamanho, podem prejudicar vastas áreas em escala local (até nacional quando o corpo hídrico é de domínio federal).

Alguns conflitos tomam dimensões municipais, envolvendo o poder público municipal e atores locais. Quando são intermunicipais envolve mais de um município e vários atores, sejam eles públicos, privados, individuais ou coletivos. Conflitos por água em escala estadual, são aqueles que se restringem aos limites estaduais, envolvem os atores das unidades federadas estado e município. Os conflitos nacionais envolvem mais de um estado e seus diversos atores. Os conflitos internacionais têm mais de uma nação e muitos atores envolvidos. Essa seria uma divisão perfeita, se os conflitos fossem fenômenos isolados que se restringem a uma área.

Além dos conflitos tomarem uma dimensão espacial volátil, envolvem também, as escalas temporais e de modo geral, podem eclodir e facilmente ser solucionados em espaço/tempo curto, ou podem se prolongar e aumentar sua extensão territorial e atores envolvidos. Outra questão, diz respeito aos atores envolvidos, um conflito local envolve os atores mais próximos como os usuários da água, mas a depender de como é tratado, pode envolver outros atores, como o poder público, figuras políticas, eclesiásticas e membros da sociedade civil.

Quando os conflitos tomam dimensões maiores por alguma razão, pode envolver até forças policiais e lutas na justiça. Esses conflitos tendem a se inter-relacionar com outros conflitos, como lutas por terra, direitos fundamentais, política e envolvem diferentes atores, desde o nível escalar local ao nacional e cada qual em busca de conquistar seus objetivos.

Uma situação hipotética, como um conflito em torno de um poço artesiano construído por uma instituição federal como o DNOCS em parceria com o governo estadual, mas que é responsabilidade da prefeitura encontrar o melhor lugar e fiscalizar o uso da água. A propriedade escolhida sem critérios definidos, foi de um usuário particular. Este usuário tem uma demanda fixa e a oferta de água lhe é mais que suficiente em períodos de chuva, porém, no de estiagem não é suficiente. Para garantir sua demanda, o proprietário fecha as porteiras de sua propriedade para outros usuários, causando insatisfação. Neste exemplo temos muitos atores, locais, municipais, estaduais e Federais, além disso, a variável estiagem, demanda e oferta são vetores para eclosão ou intensificação dos conflitos em torno dos diferentes usos da água.

Ao analisar a questão da água no mundo globalizado e seus impactos na sociedade atual, com iminência de uma crise hídrica com proporções globais, Porto-Gonçalves (2011, p. 417), enfatiza que estamos diante de uma "desordem ecológica global" "e não simplesmente de escassez de água", que por sua vez, não atinge a toda as classes e nem todas as áreas com a mesma intensidade. Nesta perspectiva analítica, a problemática da água se apresenta de forma estrutural e iminente no sistema ecológico global, mas sentida de forma diferente a depender das localidades ou das condições socioeconômicas dos usuários.

Com a necessidade de encontrar mecanismos de gestão para o uso racional e sustentável dos recursos hídricos, nos cabe também, estar atento para a questão da escala geográfica de interversão, bem como suas interrelações na praxe social dentro do contexto hidropolítico. A crise se apresenta globalmente, mas a escala local emerge como fundamental na tomada decisão no que tange a gestão dos recursos hídricos.

Acreditamos que é nesta escala que deve se concentrar os esforços para a gestão da água na atualidade. Isso não significa esquecer a escala global, significa que as ações e políticas devem partir do local para o global, sem perder de vista a noção sistêmica de gestão. Desta forma, na perspectiva geográfica, o lugar e o cotidiano, se tornam *lócus* de intervenção de políticas públicas, mas também, de iniciativas privadas, que tende a se apropriar dessa escala e políticas a fim defender seus interesses e de promover formas que possibilitem melhor uso dos recursos hídricos.

Além da escassez quantitativa e qualitativa da água (VIEIRA, 2008), os conflitos por água também têm origem na monopolização dos recursos hídricos por uma minoria, que no Nordeste é "colário do monopólio da terra" (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2018). Além da monopolização explicita, ou seja, quando se concentra o recurso em si, temos a monopolização pelo "exercício do poder" (RAFFESTIN, 1993), portanto, simbólica, onde mesmo a água sendo um bem comum e, mesmo os reservatórios construídos com recursos públicos, os proprietários conseguem exercer poder em relação ao uso da água e controlam as fontes hídricas para servir aos seus próprios interesses.

Desta forma, as escalas também, expressam relações de poder. Esse exercício de poder está relacionado ao um longo processo histórico da construção de um povo

submisso. Muitos proprietários não herdaram as terras dos períodos pretéritos, ou seja, não eram herdeiros diretamente dos grandes latifúndios do período colonial, mas são herdeiros da simbologia do que representa possuir terras. As oligarquias coronelistas nordestinas lhes deixaram como herança a representação do exercício do poder.

M certa medida, os conflitos são necessários e inevitáveis. Inevitáveis porque não se consegui ao mesmo tempo beneficiar todas as partes e necessários por que são oportunidades de mudança (VIEIRA, 2008). No caso, os conflitos por água podem levar também a distribuição mais democrática da água, uma gestão dos recursos hídricos mais efetivas, políticas públicas mais eficientes (o próprio conflito por água pode levar a amenização do conflito) contanto que se tenha mecanismo para solucioná-los ou mediar soluções.

Conforme Vieira (2008) os conflitos por água no semiárido acontecem em razão do desequilíbrio entre a demanda e oferta de recurso, isso pode ser observado quando pensamos a escassez hídricas como consequência das questões naturais inatas ao semiárido. Quando pesamos nas questões políticas, sociais, na estrutura fundiária, temos a dimensão racional e intencional dos conflitos por água. Existe uma racionalidade da coisa, que também, para além do natural, provoca e alimenta os conflitos em torno dos diferentes usos da água.

Os conflitos evoluem ao longo do tempo (VIEIRA, 2008), aumentando ou diminuindo de intensidade a depender do período, dos atores envolvidos, ou da tentativa de solucionar. Dentro desta perspectiva, os conflitos de primeira ordem, aqueles que ocorrem da competição entre atores em decorrência da escassez da oferta, no caso em análise a água, em regiões semiáridas podem ser mais intensos em períodos de seca e mais amenos no período chuvoso. Conflitos de primeira ordem, acontecem quando não há disponibilidade do recurso, e conflitos de segunda ordem, quando as políticas e normas não são capazes de gerenciar os recursos de forma eficiente, o que causam conflitos entre as partes (OHLSSON, 1999, *apud* VIEIRA, 2008).

O aumento da oferta de água no período chuvoso, tendo em vista que os usuários, munidos de algum reservatório hídrico, tem oferta de água suficiente a sua demanda, contudo, esquecem do período de estiagem e não procuram formas de aumentar sua

capacidade estocar água, além de não cobrar do poder público ações para conviver com as secas que são iminentes. O poder público por outro lado, se omite em buscar soluções a longo prazo, o que acarreta conflitos por água nas estiagens seguintes, esse ciclo vicioso se repete ano após ano no semiárido brasileiro, apesar de ser este o mais úmido do mundo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não é por caso que as escalas geográficas não possam ter definições específicas (isso não significa não ter ponto de partida), não por acaso são contraditórias, racionais, ideológicas e políticas, a complexidades dos fenômenos e da sociedade faz que sejam mutáveis. Em diversas situações em diferentes ciências, o pesquisador precisar ir além de sua escala espacial e temporal, para poder explicar da forma mais fidedigna possível o seu objeto de análise, levando em consideração também a escala social, política e cultural. Isso requer um esforço teórico e empírico por parte do pesquisado para fazer transições escalares sem que perca de vista seu objetivo inicial.

Acreditamos que a Geografia tem um enorme potencial, não só para identificar e espacializar os conflitos, mais também, para apresentar soluções teóricas/metodológicas exequíveis e adequadas para a problemática em torno dos diferentes usos da água. A interpretação espacial, territorial, do lugar e da paisagem que dispõe a Geografia (o Geógrafo) pode intervir diretamente, sendo o diferencial na resolução dos conflitos e nortear tomadas de decisões.

A hidropolítica está intrinsicamente relacionada com as instâncias ambiental, econômica, política e social, pois trata de um tema presente no cotidiano, o uso da água. Este tema é protagonista em muitos conflitos ao redor do mundo, sobretudo em regiões semiáridas como o Nordeste brasileiro. Os conflitos se dão tanto pelas questões ambientais, como pela má gestão dos recursos hídricos. Portanto, acredita-se, que o conceito de hidropolítica posto sobre a realidade empírica analisada, tem consistência explicativa para os conflitos em torno dos diferentes usos da água.

Diante da importância da água para a manutenção social e ecológica do planeta e pensando no futuro comum, medidas paliativas para a preservação e gestão dos recursos hídricos já não fazem sentido. Isso torna a água e o meio ambiente uma temática que não

pode ser mais ignorada nas instâncias políticas, sociais e econômicas, sendo temário vanguardista nas análises geográficas da sociedade contemporânea.

REFERÊNCIA:

ALBA, Felipe de. Geopolítica del agua en México: La oposición entre la hidropolítica y el conflito sociopolítico. Los nuevos rostros de las "luchas" sociales. **Revista Internacional de Desenvolvimento Local.** V. 8, 2007 p. 95-112. *Disponível em: https://www.scielo.br/j/inter/i/2007.v8n1/, acesso em: 20 de outubro de 2021.*

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. A Aridez das Ideias: A questão ambiental do Nordeste em busca de práticas e discursos inovadores. In: SANTOS, A. P. S; ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M; BRAGA, R. A. P; LIMA, R. A; MEDEIROS S. S (Orgs), O encolhimento das águas: O que se vê e o que se diz sobre crise hídrica e convivência com o semiárido. Campina Grande: **INSA**, 2018, p.13-24.

CASTRO, Iná Elias de. O PROBLEMA DA ESCALA. In: CASTRO, I. E; GOMES, P. C. C; CORRÊA, R. L. Geografia: Conceitos e temas. 2ªed, Rio de Janeiro: **Bertrand Brasil**, 2000. p. 117 a 140.

LIMA, Valéria Raquel Porto de. Conflito pelo Uso da Água do Canal da Redenção: Assentamento Acauã – Aparecida –PB. 2006. Monografia (Graduação em Geografia) - Centro de Ciências Exatas e da Natureza, **Universidade Federal da Paraíba**, João Pessoa, 2006. 96p.

OLIVEIRA, F. de. Elegia pra uma re(li)gião: SUDENE, Nordeste. Planejamento e Conflitos de Classes. 3ed. Rio de Janeiro: **Paz e terra**, 1981. 132 p.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A globalização da natureza e a natureza da globalização. 2ª edição, Rio de Janeiro: **Civilização Brasileira**, 2011. p. 462p.

QUEIROZ, Fábio Albergaria de Hidropolítica e Segurança: as Bacias Platina e Amazônica em perspectiva comparada. 2011, Tese de Doutorado (Doutorado em Relações Internacionais) - Instituto de Relações Internacionais, **Universidade de Brasília**, Brasília, 2011, 374 p. *Disponível em: https://repositorio.unb.br/handle/10482/8017, acesso em: 21 de setembro de 2021.*

RAFFESTIN, Claude. Por Uma Geografia do Poder. Tradução Maria Cecília França. Fernando Paixão. São Paulo: **Ática**, 1993.

SANTOS, Milton. A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção. 4ª ed. São Paulo: **Hucitec**, 2006

SANTOS, Milton. Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e Meio Técnico-científico-informacional. 5. edª, São Paulo: **EDUSP**, 2013.

SUDENE, Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste. Recife: **SUDENE**, 2019, p. 222, *disponível em: https://www.gov.br/sudene/pt-br/centrais-de-conteudo/prdne-v-06-12-2019-v2-pdf, acesso em, 16 de março.*

VAINER, Carlos Bernardo, LUGAR, REGIÃO, NAÇÃO, MUNDO: Explorações Históricas do Debate Acerca das Escalas da Ação Política. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, 2006. p. 9 a 29. *Disponível em: https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/159, acesso em 10 de abril de 2022.*

VAINER, Carlos Bernardo. As escalas do poder e o poder das escalas: o que pode o poder local?. In: Cadernos do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional. Planejamento e Território ensaios sobre a desigualdade. Rio de Janeiro: **UFRJ/IPPUR**, 1986. p. 13 a 32. *Disponível em: https://revistas.ufrj.br/index.php/ippur/issue/viewFile/281/91, acesso em 5 de abril de 2022.*

VIEIRA, Zédna Mara de Castro Lucena. Metodologia de análise de conflitos na implantação de medidas de gestão da demanda de água. 2008, Tese de doutorado (Doutorado em Recurso Naturais) - Centro de Tecnologia e Recursos Naturais, **Universidade Federal de Capina Grande (UFCG)**, Campina Grande, 2008. p. 237. *Disponível em: http://www.recursosnaturais.ufcg.edu.br/index.php/component/content/article?id=112, acesso em: 28 de junho de 2022.*